

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.560.635
Preferenciais	547.495.486
Total	1.205.056.121
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.08	Outros Valores e Bens	52.547	55.500
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	52.547	55.500
1.03	Ativo Permanente	1.079.825	1.093.325
1.03.01	Investimentos	880.483	885.117
1.03.01.02	Participações em Controladas	879.010	883.973
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.473	1.144
1.03.02	Imobilizado de Uso	28.433	28.628
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	83.015	80.456
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-54.582	-51.828
1.03.04	Intangível	170.909	179.580
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	479.030	469.035
1.03.04.02	(Amortização Acumuladas)	-308.121	-289.455

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.402.930	1.773.391
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.337.679	-823.099
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.065.251	950.292
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-855.486	-820.617
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	103.842	92.101
3.04.02	Despesas de Pessoal	-139.982	-112.108
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-608.733	-436.123
3.04.04	Despesas Tributárias	-52.310	-43.262
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-161.654	-330.621
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.351	9.396
3.05	Resultado Operacional	209.765	129.675
3.06	Resultado Não Operacional	-1.127	-7.273
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	208.638	122.402
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-38.080	-26.295
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-7.838	-3.094
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.948	-2.004
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	-28.294	-21.197
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	170.558	96.107
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,14000	0,09000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	170.558	96.107
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-8.108	-350
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-12.297	-544
4.02.02	Imposto de Renda	4.189	194
4.03	Resultado Abrangente do Período	162.450	95.757

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.465	-78.416
6.03.01	Emissão de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	131.757	238.234
6.03.02	Resgate de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-141.222	-316.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-479.568	263.795
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.231.440	16.374
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	751.872	280.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.175.222	207.322	0	557.982	0	-14.358	4.926.168
5.03	Saldo Ajustado	4.175.222	207.322	0	557.982	0	-14.358	4.926.168
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	170.558	0	170.558
5.05	Destinações	0	0	0	0	-66.718	0	-66.718
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-66.718	0	-66.718
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-8.108	-8.108
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-8.108	-8.108
5.13	Saldo Final	4.175.222	207.322	0	557.982	103.840	-22.466	5.021.900

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.03	Saldo Ajustado	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	96.107	0	96.107
5.05	Destinações	0	0	0	0	-37.595	0	-37.595
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-37.595	0	-37.595
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-350	-350
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-350	-350
5.13	Saldo Final	3.653.410	207.322	0	243.295	58.512	-8.458	4.154.081

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	2.028.114	1.257.768
7.01.01	Intermediação Financeira	2.402.930	1.773.391
7.01.02	Prestação de Serviços	103.842	92.101
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-321.860	-275.813
7.01.04	Outras	-156.798	-331.911
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.015.819	-547.286
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-575.135	-417.614
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.083	-912
7.03.02	Serviços de Terceiros	-76.880	-67.805
7.03.04	Outros	-497.172	-348.897
7.03.04.01	Comissões Pagas a Correspondentes Bancários	-321.547	-231.782
7.03.04.02	Processamento de Dados	-70.685	-45.167
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-50.425	-31.903
7.03.04.04	Comunicações	-13.619	-11.532
7.03.04.05	Despesas com Busca e Apreensão de Bens	-5.846	-6.802
7.03.04.06	Propaganda, Promoções e Publicidades	-20.557	-10.156
7.03.04.07	Transportes	-1.387	-1.244
7.03.04.08	Manutenção e Conservação de Bens	-1.993	-1.176
7.03.04.09	Taxas e Emolumentos	-1.027	-1.102
7.03.04.10	Viagens	-1.165	-944
7.03.04.11	Outras	-8.921	-7.089
7.04	Valor Adicionado Bruto	437.160	292.868
7.05	Retenções	-21.743	-12.339
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.743	-12.339
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	415.417	280.529
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.351	9.396
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.351	9.396
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	418.768	289.925
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	418.768	289.925
7.09.01	Pessoal	122.346	97.054
7.09.01.01	Remuneração Direta	92.199	72.936
7.09.01.02	Benefícios	21.430	17.607
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.534	5.143
7.09.01.04	Outros	2.183	1.368
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	108.026	84.611
7.09.02.01	Federais	103.107	80.286
7.09.02.02	Estaduais	2	2
7.09.02.03	Municipais	4.917	4.323
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.838	12.153
7.09.03.01	Aluguéis	17.838	12.153
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	170.558	96.107
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.718	37.595
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	103.840	58.512

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CONTEXTO ATUAL – COVID-19 e AÇÕES DO PAN

Estamos vivendo um momento singular de alcance global causado pela pandemia do COVID-19, o que traz grandes desafios e incertezas para o futuro.

Nosso foco desde o início da crise foi atuar de forma tempestiva com ações internas e externas zelando por 3 pilares: nossos colaboradores, nossos clientes e nosso negócio. Asseguramos o bem-estar dos nossos colaboradores, alocando rapidamente 97% dos colaboradores de nossos escritórios em *home office* e oferecendo programa de apoio médico (telemedicina), psicológico e financeiro, além de campanha de vacinação dentre outras medidas. Apoiamos os nossos clientes e sociedade por meio de disponibilidade de relacionamento 100% digital e condições diferenciadas para esse período em vários de nossos produtos e serviços. E com relação ao nosso negócio, também implementamos medidas com foco em aumento da posição de liquidez, conservadorismo na concessão de crédito, preservação do elevado nível de capital e maior assertividade em custos.

Nosso desenvolvimento tecnológico e agilidade nos permitiram adequar a operação, seguindo as orientações de segurança do governo e OMS, e nos manter em pleno funcionamento com uma comunicação interna e externa direta e eficiente. Isso se traduziu em apoio imediato aos nossos parceiros, fornecedores e atendimento dos nossos clientes, fortalecendo o relacionamento B2B e B2C.

Acreditamos na sustentabilidade da nossa estratégia de negócio e que somos um banco sólido, com sócios robustos e uma operação bem estruturada.

AMBIENTE ECONÔMICO

Em março, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional ('SFN') totalizou R\$ 3,6 trilhões, registrando crescimento de 2,9% no mês e de 9,6% na comparação anual, com expansão de 6,4% na carteira de crédito a pessoas jurídicas e de 0,3% na carteira de crédito às famílias. Estes dados apontam a forte concentração das concessões de crédito no segmento de empresas na tentativa de conter os efeitos econômicos da crise do COVID-19. O crédito livre para empresas encerrou o mês de março com saldo de R\$979 bilhões, com alta de 9,9% no mês e de 21,7% em doze meses. O crédito com recursos livres às famílias somou R\$ 1,1 trilhão, com estabilidade no mês e expansão de 15,7% em doze meses, com destaque para as modalidades crédito pessoal consignado e composição de dívidas.

A inflação de março medida pelo IPCA desacelerou para 0,07%, ante a inflação de 0,25% registrada no mês de fevereiro, sinalizando a materialização dos efeitos do COVID-19. Dessa forma, o índice acumula alta de 0,53% no ano e de 3,30% nos últimos 12 meses, frente a inflação acumulada de 4,01% em fevereiro. Contribuíram para a redução as categorias de transporte, passagens aéreas, combustíveis além dos itens relacionados a turismo, enquanto o grupo de alimentação e bebidas apresentou a maior variação e o maior impacto no mês de março.

O Ministério da Economia anunciou que os dados do CAGED sobre criação de empregos formais para janeiro e fevereiro tiveram suas divulgações suspensas e, por todo o cenário vivenciado, é muito provável observarmos aumento do desemprego, afetando os dados de massa salarial. De acordo com dados da PNAD (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil foi de 11,6% no trimestre encerrado em fevereiro, atingindo 12,3 milhões de pessoas. O número de desempregados aumentou em 479 mil em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2019. Os empregos formais (pessoas que trabalham no setor privado e no setor público) representam apenas 48% de todos os postos de trabalho. Assim, grande parte da população ocupa setores informais, que não têm proteção legal nem direito ao auxílio-desemprego.

Comentário do Desempenho

CONTA DIGITAL

Em 05 de fevereiro de 2020 anunciamos o lançamento da Conta Digital com foco nas classes C, D e E. Desde então, os clientes têm acesso a uma conta corrente completa: 100% digital, sem tarifa de manutenção, com cartão múltiplo sem anuidade e direito a um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boleto, pagamentos de contas, além de diversos produtos de crédito e outros serviços.

Adicionalmente, a Conta oferece descontos em drogarias, supermercados e lojas virtuais por meio de acordos com diversos parceiros. Outra vantagem oferecida é a possibilidade dos clientes cadastrarem seu cartão de débito para pagamentos digitais de serviços como Netflix, Spotify e Uber.

Nossa estratégia de aquisição é baseada em seis fontes de atração: oferta para a base de clientes ativos e ex-clientes do PAN; fluxo de potenciais clientes solicitando crédito mensalmente; marketing digital; rede física de distribuição; novos parceiros de originação; e um programa de 'member get member'.

No 1º trimestre estabelecemos forte presença online, testamos várias estratégias para explorar bases e fluxo de clientes, iniciamos a oferta da Conta Digital em nossas 60 lojas próprias e intensificamos o trabalho de diversificação de canais de aquisição através de parceiros, com destaque para parcerias como Serasa eCred, Foregon e Decode. Para os próximos trimestres seguiremos com a diversificação de canais avançando com novas parcerias e contando também como os correspondentes bancários parceiros para a oferta da Conta Digital.

O crédito é o nosso principal instrumento para atração, engajamento e monetização de clientes. Sendo assim, a Conta já oferece três produtos de crédito: Limite Emergencial, Cartão de Crédito e Empréstimo Pessoal. Com o crescimento da nossa base de clientes, os dados transacionais permitirão que nossos modelos de crédito e *pricing* sejam ainda mais personalizados em taxas e limites, entregando exatamente aquilo que o cliente precisa.

Em 2020 a Conta Digital receberá novas funcionalidades e contará com uma plataforma planejamento e organização financeira para ajudar nosso cliente a poupar dinheiro através de opções simples de investimentos, através de parceria firmada com a *fintech* Grão. Além disso, serão lançados novos produtos de crédito, oferta de seguros e novos serviços tais como recarga de celular e bilhete único focando na rentabilização da Conta Digital.

A conta digital é um instrumento relevante para otimizarmos as oportunidades de *cross-sell* e *upsell*, além de incrementar o portfólio de produtos e fidelizar ainda mais os nossos clientes.

ESTRUTURA DO BANCO

Somos um dos principais bancos médios do Brasil e atuamos com foco na concessão de empréstimos a pessoas físicas das classes C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros.

Com 2.438 funcionários e 60 postos de atendimento nas principais cidades do país, estamos presentes em todo território nacional, com uma estrutura *asset light*, atuando via plataformas digitais com mais de 670 correspondentes bancários originando créditos consignados e mais de 12,2 mil lojas multimarca e concessionárias oferecendo financiamentos de veículos e motos.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Durante o 1º trimestre de 2020, originamos uma média mensal de R\$ 1.791 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 1.846 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.589 milhões do 1º trimestre de 2019, registrando um recuo de 3% no trimestre e crescimento de 13% em 12 meses.

A Carteira de Crédito Expandida encerrou o 1º trimestre com saldo de R\$ 25.021 milhões, registrando um crescimento de 5% em relação ao saldo de R\$ 23.785 milhões no

Comentário do Desempenho

encerramento do 4º trimestre de 2019, e de 15% superior ao saldo de R\$ 21.754 milhões do 1º trimestre de 2019. A carteira *core* - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito - apresentou crescimento de 19% nos últimos 12 meses. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run off*, apresentaram recuo de 25% e 36% em 12 meses, respectivamente.

Com relação aos créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira, o indicador apresentou uma melhora de 0,2%, encerrando o trimestre em 5,7%. É importante ressaltar que os *spreads* das operações seguem em patamares robustos.

Além de reter créditos em carteira, temos como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros, cujo montante no 1º trimestre de 2020 foi de R\$ 851 milhões, frente aos R\$ 1.680 milhões cedidos no 4º trimestre de 2019 e ao montante de R\$ 867 milhões no 1T19.

O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto a Carteira de Crédito Expandida como o saldo das carteiras cedidas para os acionistas controladores (*Carteira off-balance*), encerrou o trimestre em R\$ 32,3 bilhões.

CONSIGNADO (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Desde o lançamento completo da plataforma de formalização digital, em abril de 2019, o volume total dos empréstimos formalizados digitalmente superou R\$ 3,0 bilhões. No primeiro trimestre de 2020, a plataforma foi responsável pela formalização de 41% do total de contratos originados. Já em março, o volume de contratos formalizados digitalmente superou 49% da originação total.

A plataforma permite a contratação digital de empréstimos consignados, 100% *paperless* e com assinatura por biometria facial, tornando a operação mais eficiente e rentável, além de proporcionar economia de custo, maior segurança e velocidade na contratação, gerando uma experiência melhor para todos os envolvidos, especialmente neste momento com as restrições de quarentena.

Essa plataforma, aliada ao posicionamento de mercado e ao relacionamento com os parceiros comerciais, permite que o PAN se mantenha como *player* relevante em convênios federais, figurando entre os maiores originadores no mercado de crédito a beneficiários e pensionistas do INSS.

No 1º trimestre de 2020, concedemos R\$ 2.577 milhões em empréstimos para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos volumes de R\$ 2.508 milhões no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 2.561 milhões no 1º trimestre de 2019, registrando crescimento de 3% comparado ao trimestre anterior. Em cartões de crédito consignado, originamos R\$ 222 milhões no 1º trimestre de 2020, frente aos R\$ 232 milhões originados no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 208 milhões originados no 1º trimestre de 2019.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 11.380 milhões, frente aos R\$ 10.684 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 10.178 milhões do 1º trimestre de 2019, registrando crescimento de 7% no trimestre e aumento de 12% na comparação anual. Já a carteira de cartões de crédito consignado encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.895 milhões, registrando crescimento de 4% frente ao saldo de R\$ 1.822 milhões do trimestre anterior e alta de 20% em relação ao saldo de R\$ 1.574 milhões no 1T19.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Com apenas 5 meses do lançamento da plataforma digital, o volume de financiamentos contratados digitalmente e assinados via biometria facial superaram o montante de R\$ 1,2 bilhão. No primeiro trimestre, a plataforma avançou de maneira expressiva, permitindo atingir 70% de formalização digital. Em março de 2020, 76% dos contratos de financiamento de veículos foram formalizados digitalmente, beneficiando a operação especialmente neste momento de quarentena. Além da plataforma de formalização, temos uma plataforma exclusiva que permite a simulação de financiamento e pré-análise de crédito com poucas informações, além do acompanhamento das propostas e emissão do laudo do veículo, proporcionando agilidade ao processo e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

Comentário do Desempenho

Atuamos com foco no financiamento de carros usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de nossa *expertise* em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno. Originamos os financiamentos através de lojas multimarcas e concessionárias parceiras trazendo maior pulverização à nossa operação.

Em motos, O PAN é líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando inclusive com público mais jovem, capturando ganhos dado nosso longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

No 1º trimestre de 2020, foram originados R\$ 1.450 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 1.621 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.243 milhões originados no 1º trimestre de 2019.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.109 milhões no 1º trimestre de 2020, frente aos R\$ 1.272 milhões originados no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 988 milhões originados no 1º trimestre de 2019, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 340 milhões no 1º trimestre de 2020, frente aos R\$ 349 milhões no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 255 milhões no 1º trimestre de 2019.

A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 9.302 milhões, registrando alta de 5% em relação aos R\$ 8.854 milhões do 4º trimestre de 2019 e de 26% em relação aos R\$ 7.411 milhões ao final do 1º trimestre de 2019.

MEIOS DE PAGAMENTOS (CARTÕES DE CRÉDITO)

A evolução contínua da jornada digital dos nossos clientes segue como prioridade. Lançamos neste trimestre o atendimento aos clientes de cartão pelo WhatsApp, mais um canal no qual o cliente pode se auto servir ou ser atendido por um operador, melhorando a experiência dos usuários, aprimorando o relacionamento e aumentando sua interação com o Banco.

Adicionalmente, intensificamos o relacionamento com parceiros para ampliação da distribuição dos cartões de crédito em *marketplaces* e lançamento de cartões *cobranded*. Além disso, com o intuito de acelerar o processo de inovação, nos associamos ao *Innovate Finance*, maior hub de inovação da Europa.

Com o lançamento do Banco Digital, a função de débito dos nossos cartões foi preparada para trazer a melhor experiência possível para nossos clientes, para isso, firmamos parcerias com Netflix, Uber, 99 e Spotify para que esses serviços possam ser pagos de forma *on-line*, proporcionando praticidade e segurança aos nossos clientes.

Como resultado combinado dessas estratégias, foram emitidos 258 mil novos cartões de crédito no 1º trimestre de 2020, registrando expressivo crescimento frente aos 64 mil cartões emitidos no mesmo período de 2019, com destaque para os canais eletrônicos que foram responsáveis por 71% do total das vendas, ante 29% no 1º trimestre de 2019. Este volume também foi alavancado pelo aumento das ações de venda, mudanças relevantes no *cross sell* e elevação da eficiência em *analytics* e CRM. Finalizamos o primeiro trimestre de 2020 com mais 70% das faturas emitidas digitalmente.

Durante o 1º trimestre de 2020, as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 1.125 milhões, volume praticamente estável frente aos R\$ 1.178 milhões transacionados no 4º trimestre de 2019, e registrando um crescimento de 49% frente aos R\$ 757 milhões do 1º trimestre de 2019. Este patamar é justificado não somente pelo volume de emissões, como pelo aumento de promoções e campanhas de incentivo e melhorias nos processos de entrega e autorização de uso dos cartões.

A carteira de cartões encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.139 milhões, registrando crescimentos de 5% e 37% frente aos saldos de R\$ 1.087 milhões e R\$ 953 milhões, do 4º trimestre de 2019 e do 1º trimestre de 2019, respectivamente.

Comentário do Desempenho

SEGUROS

Originamos R\$ 89,7 milhões em prêmios de seguros no 1º trimestre de 2020, volume 5% superior aos R\$ 85,1 milhões originados no 4º trimestre e 38% superior aos R\$ 64,9 milhões no 1º trimestre de 2019. Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 73,6 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 7,6 milhões em seguros de cartões, R\$ 5,2 milhões em outros seguros (PAN Moto Assistência e Garantia Mecânica) e R\$ 3,3 milhões em seguros habitacionais.

CRÉDITO PARA EMPRESAS (*run off*)

A carteira de Crédito para Empresas, que inclui fiança, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 701 milhões, frente ao saldo de R\$ 732 milhões ao final do 4º trimestre de 2019 e ao saldo de R\$ 930 milhões no 1º trimestre de 2019. A carteira, sem fiança, está integralmente provisionada e conta com bom nível de garantias.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO (*run off*)

O saldo dos créditos imobiliários concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 1º trimestre de 2020 em R\$ 479 milhões, frente aos R\$ 496 milhões no 4º trimestre de 2019 e R\$ 645 milhões no 1º trimestre de 2019, apresentando nível bastante conservador de provisionamento.

Os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 53 milhões (integralmente provisionados) no encerramento do 1º trimestre de 2020, frente aos R\$ 54 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 222 milhões do 1º trimestre de 2019.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 24,8 bilhões no encerramento do 1º trimestre de 2020, apresentando a seguinte composição: (i) R\$ 10,9 bilhões em depósitos a prazo, representando 44% do total; (ii) R\$ 9,3 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 37% do total; (iii) R\$ 2,5 bilhões referente a emissões de títulos no exterior, ou 10% do total; (iv) R\$ 1,6 bilhão referente a emissões de letras financeiras, ou 6% do total; (v) letras de crédito imobiliário e do agronegócio, com saldo de R\$ 311 milhões, ou 1% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 201 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

No 1º trimestre de 2020, a NIM foi de 18,3% a.a. frente aos 20,0% a.a. do 4º trimestre de 2019 e aos 15,0% a.a. do 1º trimestre de 2019. Este patamar está relacionado aos *spreads* robustos das operações de crédito e por cessão de carteira.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS COM PDD

As despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 322 milhões no trimestre, frente aos R\$ 301 milhões do 4º trimestre de 2019 (desconsiderando a provisão adicional que realizamos por conta da majoração da alíquota de contribuição social sobre lucro líquido) e aos R\$ 276 milhões do 1º trimestre de 2019.

No 1º trimestre de 2020, vendemos carteira de crédito em prejuízo pelo valor de R\$ 33 milhões, contribuindo para o aumento do valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo, que totalizou R\$ 89 milhões no trimestre, frente aos R\$ 59 milhões recuperados no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 53 milhões recuperados no 1º trimestre de 2019. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 266 milhões, frente aos R\$ 243 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 223 milhões do 1º trimestre de 2019.

As plataformas digitais têm contribuído para a recuperação de créditos em atraso totalizando R\$ 139 milhões no 1º trimestre e R\$ 612 milhões nos últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 378 milhões no 1º trimestre de 2020 frente aos R\$ 402 milhões no 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 277 milhões do 1º trimestre de 2019.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 276 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 247 milhões do 4º trimestre de 2019 e aos R\$ 216 milhões do 1º trimestre de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

No 1º trimestre de 2020, registramos lucro líquido de R\$ 170,6 milhões, com crescimento de 2% em relação ao lucro de R\$ 167,6 milhões do 4º trimestre de 2019 e alta de 77% frente ao lucro de R\$ 96,1 milhões do 4º trimestre de 2019.

Os principais fatores que sustentaram os resultados dos últimos trimestres foram: (i) melhoria da margem financeira; e (ii) provisões de crédito recorrentes e despesas sob controle.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,7% no 1º trimestre de 2020, frente ao retorno de 13,7% no 4º trimestre de 2019 e de 9,3% no 1º trimestre de 2019. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 23,5% no 1º trimestre de 2020, frente aos retornos de 24,6% no 4º trimestre de 2019 e de 21,0% no 1º trimestre de 2019.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023), comparado ao que o PAN paga atualmente para o mesmo prazo no mercado e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 5.022 em março de 2020, frente aos R\$ 4.926 milhões em dezembro de 2019 e aos R\$ 4.154 milhões em março de 2019.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 1º trimestre de 2020 em 15,7% integralmente composto por Capital Principal frente aos 15,6% registrados ao final do 4º trimestre de 2019 (considerando o capital homologado em janeiro de 2020), integralmente composto por Capital Principal, e aos 13,8%, com 11,9% de Capital Principal, registrados no 1º trimestre de 2019.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC no primeiro trimestre de 2020 para prestar serviço de emissão de relatório de diligência em operações de mercado de capitais no valor de R\$ 816 mil, superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Notas Explicativas**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros		<u>25.959.441</u>	<u>25.069.661</u>
Depósitos	16.a	<u>20.294.992</u>	<u>19.759.979</u>
Depósitos à vista		28.156	26.574
Depósitos interfinanceiros		9.296.702	8.365.928
Depósitos a prazo		10.970.134	11.367.477
Captações no mercado aberto	16.b	<u>243.393</u>	<u>295.805</u>
Carteira própria		243.393	295.805
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	<u>1.880.605</u>	<u>1.868.324</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.880.605	1.868.324
Relações interfinanceiras	17	<u>860.684</u>	<u>933.731</u>
Recebimentos de pagamentos a liquidar		802.014	796.912
Correspondentes no País		58.670	136.819
Derivativos	7.c	<u>29.596</u>	<u>124.979</u>
Outros passivos financeiros	18	<u>2.650.171</u>	<u>2.086.843</u>
Provisões	19	<u>592.440</u>	<u>591.125</u>
Obrigações fiscais		<u>180.957</u>	<u>441.713</u>
Correntes	20	95.624	343.059
Diferidas	33.b	85.333	98.654
Outros passivos		<u>1.543.916</u>	<u>1.769.464</u>
Sociais e estatutárias		90.868	266.277
Diversas	21	1.453.048	1.503.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	<u>5.021.900</u>	<u>4.926.168</u>
Capital social:		<u>4.175.222</u>	<u>3.653.410</u>
De domiciliados no País		3.695.090	3.261.355
De domiciliados no Exterior		480.132	392.055
Aumento de capital		-	521.812
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		557.982	557.982
Outros resultados abrangentes		(22.466)	(14.358)
Lucros acumulados		103.840	-
TOTAL DO PASSIVO		<u>33.298.654</u>	<u>32.798.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

A partir de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com as normas do BACEN - Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019
Receitas da intermediação financeira		2.403.902	1.781.207
Rendas de operações de crédito	8.g	1.993.743	1.706.919
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	10	74
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	39.620	37.767
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	369.599	35.992
Resultado de operação de câmbio	9.a	769	455
Resultado das aplicações compulsórias		161	-
Despesas da intermediação financeira		(1.331.517)	(814.300)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.009.655)	(538.512)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(321.862)	(275.788)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.072.385	966.907
Outras receitas (despesas) operacionais		(861.018)	(832.331)
Receitas de prestação de serviços	23	109.111	99.168
Despesas de pessoal	24	(140.425)	(112.470)
Outras despesas administrativas	25	(614.662)	(443.511)
Despesas tributárias	26	(53.651)	(45.656)
Despesas de provisões	27	(41.517)	(15.232)
Outras receitas/(despesas) operacionais	28	(119.874)	(314.630)
Resultado operacional		211.367	134.576
Outras receitas e despesas não operacionais	29	(1.166)	(7.365)
Resultado antes dos tributos		210.201	127.211
Tributos sobre o lucro	33.a	(39.643)	(31.104)
Provisão para imposto de renda		(8.997)	(5.153)
Provisão para contribuição social		(2.441)	(2.875)
Ativo fiscal diferido		(28.205)	(23.076)
LUCRO LÍQUIDO		170.558	96.107

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido		170.558	96.107
Itens que serão reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes		(8.108)	(350)
Ganhos / (Perdas) não Realizadas de Ativos Financeiros		(12.297)	(544)
Efeito tributário		4.189	194
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		162.450	95.757
Atribuível a:			
Acionistas controladores		162.450	95.757

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas informações trimestrais individuais em receitas de intermediação financeira.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Instituição e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no valor de R\$ 521.812.500,00.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, e comunicado à Instituição em 15/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passou a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma:

Em 31/03/2020 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	156.685	28,6	490.816	40,7
CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	301.211	55,0	301.211	25,0
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

Notas Explicativas

2) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

a) Consolidação:

As informações trimestrais individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 30/04/2020.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/03/2020	31/12/2019
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

b) Reclassificação dos itens das informações trimestrais:

A instituição, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Circular nº 3.959 de 04/09/2019, está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Abaixo apresentamos as reclassificações patrimoniais e de resultado consolidado para as datas bases de 31/12/2019 e 31/03/2019 respectivamente.

- Demonstração Consolidada do Resultado**

PUBLICADO	ATUAL		
	31/03/2019	Reclassificações	31/03/2019
Outras despesas administrativas (a)	(443.150)	(361)	(443.511)
Despesas de provisões (b)	-	(15.232)	(15.232)
Outras receitas/(despesas) operacionais (c)	(330.223)	15.593	(314.630)

(a) Refere-se a valores que estavam alocados em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Outras despesas administrativas;

(b) Refere-se a valores que estavam em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Provisões; e

(c) Considera todas as alocações dos itens (a) e (b).

O lucro líquido por ação do Banco PAN também sofreu alteração em decorrência da adoção às normas acima citadas. Em 31/03/2019 o lucro líquido por ação divulgado foi de R\$ 0,08.

Notas Explicativas**• Ativo Consolidado**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Disponibilidades	4.220	4.220	Caixas e equivalentes de caixa
Aplicações no mercado aberto (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	1.229.999 (1.828.735)	1.229.999 (1.828.735)	Caixas e equivalentes de caixa (Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)
Rendas a receber	1.874	1.874	Outros ativos
Negociação e intermediação de valores	3.066	3.066	Outros ativos financeiros
Recebíveis imobiliários	4.588	4.588	Outros ativos financeiros
Diversos	2.462.578	2.462.578	Outros ativos financeiros
Diversos	3.839.695	3.839.695	Impostos
Diversos	349.630	349.630	Outros ativos

• Passivo Consolidado

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Relações interdependências	247	247	Diversas
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.176	7.176	Diversas
Fiscais e previdenciárias	441.713	441.713	Obrigações fiscais
Negociação e intermediação de valores	20.481	20.481	Diversas
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.885.320	Outros passivos financeiros
Diversas	201.523	201.523	Outros passivos financeiros
Diversas	591.125	591.125	Provisões
Resultado de exercícios futuros	2	2	Diversas

3) Principais Práticas Contábeis**a) Moeda funcional e de apresentação:**

As informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas

e) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados

Notas Explicativas

nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c.

g) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Notas Explicativas

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

i) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

j) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

l) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Notas Explicativas

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 33.

o) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

Notas Explicativas

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais.

r) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

s) Lucro por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das informações trimestrais.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das informações trimestrais exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

u) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das informações trimestrais e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

Notas Explicativas

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo *hedgear* a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Marcação a mercado	Saldo contábil	Circulante				Não circulante		Total em 31/03/2020	Total em 31/12/2019
				Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Posição ativa:	823.517	3.123	826.640	826.640	-	-	-	-	826.640	288.103	
Swap	823.517	3.123	826.640	826.640	-	-	-	-	826.640	288.103	
Posição passiva:	(28.883)	(713)	(29.596)	(25.616)	-	(3.980)	-	-	(29.596)	(124.979)	
Swap	(28.883)	(713)	(29.596)	(25.616)	-	(3.980)	-	-	(29.596)	(124.979)	
Subtotal	794.634	2.410	797.044	801.024	-	(3.980)	-	-	797.044	163.124	
Contratos Futuros (a)	(24.441)	-	(24.441)	(24.441)	-	-	-	-	(24.441)	(5.538)	
Posição ativa	1.245	-	1.245	1.245	-	-	-	-	1.245	1.764	
Posição passiva	(25.686)	-	(25.686)	(25.686)	-	-	-	-	(25.686)	(7.302)	
Total	770.193	2.410	772.603	776.583	-	(3.980)	-	-	772.603	157.586	

(a) Contabilizado em contas de negociação e intermediação de valores no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

Banco e Consolidado	31/03/2020				31/12/2019			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap								
Posição ativa:	1.149.264	823.517	3.123	826.640	470.910	281.679	6.424	288.103
Moeda Estrangeira	1.149.264	823.517	3.123	826.640	470.910	281.679	6.424	288.103
Posição passiva:	356.950	(28.883)	(713)	(29.596)	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)
Pré-fixado	356.950	(28.883)	(713)	(29.596)	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)
Contratos Futuros								
Compromissos de Compra:	788.841	-	-	-	1.397.077	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	686.597	-	-	-	1.315.611	-	-	-
Outros	102.244	-	-	-	81.466	-	-	-
Compromissos de Venda:	20.372.108	-	-	-	13.127.996	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	20.267.263	-	-	-	13.042.503	-	-	-
Moeda Estrangeira	2.601	-	-	-	4.027	-	-	-
Outros	102.244	-	-	-	81.466	-	-	-
Total	22.667.163	794.634	2.410	797.044	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124

Notas Explicativas

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Serviços do sistema financeiro	56.539	60.783	58.642	63.021
Manutenção de <i>softwares</i>	4.642	5.564	4.642	5.564
Processamento de dados	4.340	4.211	4.340	4.211
Gastos na emissão de títulos no Exterior	-	379	-	379
Outras	13.850	11.403	14.222	11.406
Total	79.371	82.340	81.846	84.581
Circulante	26.824	26.840	27.979	27.728
Não circulante	52.547	55.500	53.867	56.853

Notas Explicativas

13) Investimentos

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	31/03/2020	31/03/2020	31/12/2019	Trimestre findo em	
												31/03/2020	31/03/2019
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	206.709	11	-	-	100,00	1.176	206.709	205.532	1.176	65		
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	56.532	-	-	48.168	100,00	608	56.532	55.924	608	2.155		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (2)(3)	174.201	214.294	77.865	-	-	100,00	806	215.109	214.580	806	1.113		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (4)	107.662	179.673	0,2	0,5	-	100,00	1.835	179.673	177.894	1.835	3.521		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	219.520	-	-	179.864	100,00	(1.074)	220.987	230.043	(1.074)	2.542		
								879.010	883.973	3.351	9.396		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas informações trimestrais do período findo em 31/03/2020 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 2.282, sendo R\$ 1.467 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 815 da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Empresa que teve sua demonstração contábil do período findo em 31/03/2020 revisada por outro auditor independente.

Notas Explicativas

b) Outros Investimentos:

Banco e Consolidado	31/03/2020	31/12/2019
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	1.094	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.473	1.144

14) Imobilizado

a) Os ativos imobilizados são compostos por:

Banco e Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/03/2020	31/12/2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.810	(31.439)	15.371	17.038
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.731	(1.308)	1.423	633
Sistemas de processamento de dados	20%	33.474	(21.836)	11.639	10.957
Total em 31/03/2020		83.015	(54.582)	28.433	-
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	-	28.628

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628
Aquisições	115	939	1.536	2.590
Baixas	-	-	(21)	(21)
Depreciação	(1.782)	(149)	(833)	(2.764)
Saldo em 31/03/2020	15.371	1.423	11.639	28.433

15) Intangível

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/03/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	249.516	(132.161)	117.355	120.289
Ágio	10%	229.514	(175.960)	53.554	59.291
Total em 31/03/2020		479.030	(308.121)	170.909	-
Total em 31/12/2019		469.035	(289.455)	-	179.580

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/03/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	250.418	(132.861)	117.557	120.503
Ágio	10%	250.532	(192.074)	58.458	64.721
Total em 31/03/2020		500.950	(324.935)	176.015	-
Total em 31/12/2019		490.955	(305.731)	-	185.224

Notas Explicativas

18) Outros Passivos Financeiros

a) Composição:

Banco e Consolidado	31/03/2020	31/12/2019
Dívidas subordinadas (b)	2.477.006	1.885.320
Cessão com retenção de riscos	173.165	201.523
Total	2.650.171	2.086.843
Circulante	2.547.122	1.965.351
Não circulante	103.049	121.492

b) Dívidas subordinadas:

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas base:

Banco e Consolidado	31/03/2020	31/12/2019
Valor da Operação		
No Exterior:		
(1) US\$ 456.792	2.468.431	1.876.865
No País:		
(2) R\$ 8.000	8.575	8.455
Total	2.477.006	1.885.320
Circulante	2.468.431	1.876.865
Não circulante	8.575	8.455

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 871 no trimestre findo em 31/03/2020 (despesa de R\$ 32.074 no trimestre findo em 31/03/2019), as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 com vencimento em 23/04/2020. Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7.c); e

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Notas Explicativas

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Processos cíveis	306.399	307.231	317.872	318.882
Processos trabalhistas	213.545	211.859	223.506	221.694
Processos tributários	2.481	2.467	51.062	50.549
Total	522.425	521.557	592.440	591.125

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	307.231	211.859	2.467	521.557
Constituição líquida de reversão	27.628	11.722	(6)	39.344
Atualização monetária	978	-	20	998
Baixas por pagamento	(29.438)	(10.036)	-	(39.474)
Saldo em 31/03/2020	306.399	213.545	2.481	522.425

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125
Constituição líquida de reversão	28.050	11.920	394	40.364
Atualização monetária	1.034	-	119	1.153
Baixas por pagamento	(30.093)	(10.108)	-	(40.200)
Saldo em 31/03/2020	317.872	223.506	51.062	592.440

Notas Explicativas

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir.

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 19.167 (R\$ 21.601 atualizados até março de 2020). Julgado o Recurso Voluntário, o PAN apresentou embargos de declaração ao caso, para o qual aguarda julgamento.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 170.477 (R\$ 198.909 atualizados até março de 2020). Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 43.657 (R\$ 128.271 atualizados até março de 2020). A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente aguarda decisão dos embargos de declaração. No 3º trimestre de 2018, a empresa recebeu um novo auto sobre a mesma matéria para período compreendido entre 2013 e 2015, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 4.227 (R\$ 6.167 atualizados até março de 2019).

Ainda no último trimestre de 2013, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração de IRPJ e CSLL, referente aos anos-calendário de 2008 e 2009, o qual refere-se a incidência de tributação sobre suposto ganho de capital obtido na desmutualização da B3 (balcão), cujo montante acrescido de multa e juros de mora foi de R\$ 480 (R\$ 715 atualizados até março de 2020), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de referidos períodos. A empresa aguarda resultado de diligência solicitada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para que ocorra o julgamento de Recurso Voluntário apresentado pelo contribuinte. No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077 (R\$ 8.883, atualizados até março de 2020), e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante atualizado de principal, e multa totalizou o valor de R\$ 3.320 (R\$ 4.604 atualizados até março de 2019). Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Notas Explicativas

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.099 (R\$ 3.655 atualizados até março de 2020). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411 (R\$ 116.954 atualizados até março de 2020). O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente e em face de tal decisão foi apresentado Recurso Especial, pendente de julgamento. Os demais processos, aguardam o julgamento dos Recursos Voluntários apresentados perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos ao ano calendário de 2014, referente suposta dedução a maior de despesas com o recolhimento de tributos de PIS e COFINS no período, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 21.697 (R\$ 21.969 atualizados até março de 2020). O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2019, foi lavrado um Auto de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual foi constituído crédito tributário oriundo de valores supostamente amortizados indevidamente de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O caso refere-se aos anos calendários 2015 e 2016, e o montante atualizado até dezembro de 2019, acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 8.046 (R\$ 8.128 atualizados até março de 2020). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

Além dos processos administrativos anteriormente detalhados, o Banco e suas investidas discutem administrativamente e judicialmente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em março de 2020, o valor atualizado era de aproximadamente R\$ 174.851.

Notas Explicativas

20) Obrigações Fiscais Correntes

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	43.600	278.193	45.156	292.562
COFINS a recolher	10.938	19.645	11.221	20.039
Impostos e contribuições sobre salários	17.358	15.164	17.451	15.216
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	18.066	9.052	18.102	9.107
PIS a recolher	1.777	3.192	1.832	3.265
ISS a recolher	1.432	1.824	1.468	1.863
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	394	1.007	394	1.007
Total	93.565	328.077	95.624	343.059
Circulante	93.565	328.077	95.624	343.059
Não circulante	-	-	-	-

21) Outros Passivos Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisões e pagamentos a efetuar	1.205.116	1.230.174	1.206.163	1.230.736
Arrecadação de cobrança	82.236	118.017	82.477	118.258
Operações com cartão de crédito	34.220	30.570	34.220	30.570
Negociação e intermediação de valores	28.473	16.238	32.312	20.481
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.005	7.176	6.005	7.176
Valores a pagar a sociedades ligadas	8.187	14.669	7.604	13.268
Recursos em trânsito de terceiros	18	247	18	247
Valores específicos de consórcio	-	-	10.757	7.757
Outros	71.779	72.936	73.493	74.694
Total	1.436.034	1.490.027	1.453.048	1.503.187
Circulante	1.424.817	1.477.806	1.440.962	1.490.073
Não circulante	11.217	12.221	12.086	13.114

22) Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/03/2020 é de R\$ 4.175.222 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2019).

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/03/2020	31/12/2019
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Notas Explicativas

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassa o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	31/03/2020	% (1)	31/03/2019	% (1)
Lucro líquido	170.558		96.107	
(-) Reserva Legal	(8.528)		(4.805)	
Base de cálculo	162.030		91.302	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	66.718		37.595	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(10.008)		(5.639)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	56.710	35,0%	31.956	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Operações de crédito	52.088	47.702	52.094	47.709
Rendas de cartão	29.621	27.927	29.621	27.927
Rendas de intermediação de negócios	19.614	13.808	19.614	13.808
Administração de consórcios	-	-	5.192	6.927
Outras	2.520	2.664	2.591	2.797
Total	103.842	92.101	109.111	99.168

24) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Proventos	90.113	66.597	90.400	66.814
Encargos sociais	24.170	20.197	24.247	20.267
Benefícios (Nota 32)	21.430	17.607	21.509	17.682
Honorários (Nota 30.b)	2.086	6.339	2.086	6.339
Outros	2.183	1.368	2.183	1.368
Total	139.982	112.108	140.425	112.470

Notas Explicativas

Pan Administradora de Consórcio Ltda.	28/02/2023	(7.023)	(8.051)	(76)	(130)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)		(276)	(377)	(3)	(50)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(276)	(377)	(3)	(50)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		624.538	185.694	365.312	24.631
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	624.538	185.694	365.312	24.631
Outras obrigações		(8.186)	(14.668)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(7.604)	(13.268)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(404)	(494)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(174)	(904)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(4)	(2)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	19.683	14.124
,Too Seguros S.A.	-	-	-	19.587	13.780
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	-	3
Caixa Econômica Federal	-	-	-	96	341
Despesa de pessoal		-	-	(75)	(63)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(75)	(63)
Outras despesas administrativas		-	-	(11.117)	(5.780)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(1.381)	(1.410)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.436)	(862)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(26)	(26)
Tecban S.A.	-	-	-	(222)	(187)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(8.052)	(3.295)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	-	151.650
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	151.650

- (a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (c) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2020, sendo: R\$ 3.347 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 251 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 298 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (d) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., conforme AGE de 18/09/2013; saldo provisionado de R\$ 245, substancialmente, relativo a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito adquiridas da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,55% do CDI;
- (i) Referem-se às operações de swap; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

Notas Explicativas

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,55% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *swap*; e
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/05/2019, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2019, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 25.385 (R\$ 22.423 no exercício de 2018).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Despesas de honorários (Nota 24)	2.086	6.339	2.086	6.339
Contribuição ao INSS	469	1.426	469	1.426
Total	2.555	7.765	2.555	7.765

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente com condições compatíveis de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

31) Instrumentos Financeiros

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/03/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.203.673	2.499.049
Capital Principal	3.203.673	2.499.049
Patrimônio de referência nível II	8.575	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.212.248	2.507.504
Patrimônio de referência	3.203.673	2.507.504
- Risco de crédito	18.105.381	17.299.562
- Risco de mercado	5.417	4.742
- Risco operacional	2.396.522	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.507.320	19.613.805
Índice de Basileia	15,66%	12,78%
Nível I	15,62%	12,74%
Nível II	0,04%	0,04%

- Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

Notas Explicativas

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/03/2020 e 31/12/2019.

Passivos – Dólar	31/03/2020	31/12/2019
Dívida subordinada	2.468.431	1.876.865
Total	2.468.431	1.876.865

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/03/2020 e 31/12/2019, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.149.264	1.149.264	2.486.211	1.908.691
Total	1.149.264	1.149.264	2.486.211	1.908.691
Posição Vendida - Dólar				
DOL	2.601	2.011	2.601	2.011
Total	2.601	2.011	2.601	2.011

- Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Notas Explicativas

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/03/2020			31/12/2019		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.864.911	1.883.324	18.413	2.087.652	2.129.484	41.832
- Títulos para negociação	261.357	261.357	-	359.782	359.782	-
- Títulos disponíveis para venda	838.390	838.390	-	986.659	986.659	-
- Títulos mantidos até o vencimento	765.164	783.577	18.413	741.211	783.043	41.832
Operações de crédito	24.950.630	28.834.305	4.083.715	23.628.092	26.962.845	3.334.753
Depósitos interfinanceiros	9.296.702	9.293.532	3.170	8.365.928	8.395.004	(29.076)
Depósitos a prazo	10.970.134	12.539.917	(1.569.783)	11.367.477	13.042.521	(1.675.044)
Recursos de emissão de títulos	1.880.605	1.894.741	(14.136)	1.868.324	1.888.784	(20.460)
Dívidas subordinadas	2.477.006	2.478.951	(1.945)	1.885.320	1.887.098	(1.778)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			2.519.435			1.650.227

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

32) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no período findo em 31/03/2020 totalizou R\$ 21.430 no Banco PAN e R\$ 21.509 no Consolidado (R\$ 17.607 no Banco PAN e R\$ 17.682 no Consolidado no exercício findo em 31/03/2019).

Notas Explicativas

macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29/01/2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
2020	810.036	810.036	40.885	56.507	850.921	866.543
2021	731.169	731.169	129.235	129.235	860.404	860.404
2022	324.970	324.970	257.805	257.805	582.775	582.775
2023	51.716	51.716	348.498	348.498	400.214	400.214
2024	17.569	17.569	490.333	490.333	507.902	507.902
2025	31.849	31.849	-	-	31.849	31.849
2026	5.687	5.687	-	-	5.687	5.687
2027	45.497	42.213	-	-	45.497	42.213
Total	2.018.493	2.015.209	1.266.756	1.282.378	3.285.249	3.297.587

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
2020	818.379	816.747	42.803	58.383	861.182	875.130
2021	733.672	733.530	132.035	131.962	865.707	865.492
2022	330.174	329.911	261.020	260.933	591.194	590.844
2023	54.075	53.896	350.250	350.278	404.325	404.174
2024	27.371	27.261	491.718	491.786	519.089	519.047
2025	36.739	36.644	1.325	1.388	38.064	38.032
2026	6.097	6.096	1.475	1.555	7.572	7.651
2027	55.695	61.677	438	479	56.133	62.156
2028	-	-	450	492	450	492
2029	11.211	-	-	-	11.211	-
Total	2.073.413	2.065.762	1.281.514	1.297.256	3.354.927	3.363.018

Em 31/03/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 2.663.790 e R\$ 2.706.124 no Consolidado (R\$ 2.605.824 no Banco PAN e R\$ 2.647.017 no Consolidado em 31/12/2019).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.950 em 31/12/2019), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/03/2020, o Banco PAN possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 e o Consolidado de aproximadamente R\$ 582.737 (31/12/2019 – R\$ 230.396 no Banco PAN e R\$ 583.211 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 no Banco PAN e R\$ 244.614 no Consolidado (31/12/2019 – R\$ 92.158 no Banco PAN e R\$ 244.805 no Consolidado).

Notas Explicativas

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2020
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	(13.417)	-	13.417	-
Total (Nota 33.b)	(13.417)	-	13.417	-

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2020
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(20.452)	(96)	13.417	(7.131)
Superveniência de depreciação	(78.202)	-	-	(78.202)
Total (Nota 33.b)	(98.654)	(96)	13.417	(85.333)

34) Outras Informações

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 316.239 em 31/03/2020 (R\$ 313.061 em 31/12/2019);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/03/2020 e 31/12/2019, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- e) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente; e
- f) O Banco PAN S.A., diante da pandemia do coronavírus (COVID-19), vem adotando medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideram os recursos disponíveis e as recomendações dos órgãos competentes. A administração está monitorando constantemente os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

Notas Explicativas

São Paulo, 30 de abril de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do Banco Pan S.A. ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Pan S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim

como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 33(a), existem em 31 de março de 2020 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 3,3 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização dos créditos tributários foi revisada pela administração da Instituição com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2020, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Contadora CRC 1SP245281/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 31/03/2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 31/03/2020.